



# EKTT09 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

CNPJ nº 28.438.777/0001-51 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

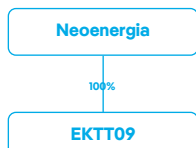
Prezados Acionistas,  
Ao apresentar os resultados de 2024, a EKTT09 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

### 1. A EKTT09 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

A EKTT09 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



### 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes subestações de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4, LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3, LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2, LT 440 kV Araraquara 2 - Araraquara, LT 500 kV entre a SE Nova Ponte 3 e a LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para setembro de 2027.

### 3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

#### 3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 C1 / C2	Simplex	500	204		30/07/2025	
LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 C1 / C2	Simplex	500	264		30/09/2025	
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C1 / C2	Simplex	500	294	N/A	30/09/2025	30/09/2025
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C3	Simplex	440	11		30/09/2025	
Seccionamento da LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte - C1 na SE Nova Ponte 3	Duplo	500	21		30/09/2025	

#### 3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas			
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE 500 kV Nova Ponte 3	500	30/09/2025	30/09/2025

### 4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos				
Linha de Transmissão/Subestação	Evolução Física em 31/12/2023	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2023 (R\$ Mil)'	Evolução Física em 31/12/2024	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2024 (R\$ Mil)'
LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 C1 / C2				
LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 C1 / C2				
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C1 / C2				
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C3	3%	136.089	3%	2.211.599
Seccionamento da LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte - C1 na SE Nova Ponte 3				
SE 500 kV Nova Ponte 3				

\* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

### 5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP (Receita Anual Permitida) é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$360.000.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

#### Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras

Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degradação da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 500 kV Arinos 2 - Paracatu 4 C1 / C2					
LT 500 kV Paracatu 4 - Nova Ponte 3 C1 / C2					
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C1 / C2	100%	470.440	2028	Junho	IPCA
LT 500 kV Nova Ponte 3 - Araraquara 2 C3					
Seccionamento da LT 500 kV Itumbiara - Nova Ponte - C1 na SE Nova Ponte 3					
SE 500 kV Nova Ponte 3					

\* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

### 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

### 6.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024	2023	Variação R\$	%
Receita líquida	2.782.223	172.587	2.609.636	1512%
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>2.782.223</b>	<b>172.587</b>	<b>2.609.636</b>	<b>1512%</b>
Custos de construção	(2.211.599)	(136.089)	(2.075.510)	1525%
Custos dos serviços	(1.606)	(238)	(1.368)	575%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(1.755)	(739)	(1.016)	137%
<b>= Despesa Operacional</b>	<b>(2.214.960)</b>	<b>(137.066)</b>	<b>(2.077.894)</b>	<b>1516%</b>
PECLD	(8)	-	(8)	0%
<b>EBITDA</b>	<b>567.245</b>	<b>35.521</b>	<b>531.724</b>	<b>1497%</b>
Depreciação	(90)	(8)	(82)	1025%
Resultado Financeiro	(119.177)	(1.091)	(118.086)	10824%
IR/CS	(152.305)	(11.703)	(140.602)	1201%
<b>LCURO LÍQUIDO</b>	<b>295.673</b>	<b>22.719</b>	<b>272.954</b>	<b>1201%</b>

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 2.782.223 mil, 1512% vs. 2023 e -R\$ 2.214.960 mil, 1516% vs. 2023, respectivamente, explicadas pela evolução da obra ao longo de 2024.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 567.245 mil, aumento de 1497%, em relação ao ano de 2023. O resultado financeiro foi negativo em R\$ 119.177 mil em 2024 (+10824% vs. 2023). A variação é devida principalmente pelo aumento de encargos financeiros sobre dívida, reflexo da captação que ocorreu ao longo de 2024.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$ 295.673 mil, um aumento de 1201% em relação ao ano anterior.

### 7. ESTRUTURA DE CAPITAL

#### 7.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 1.243.739 mil (dívida líquida R\$ 2.002.587 mil), apresentando aumento de 286% em relação a dezembro de 2023, quando a dívida bruta foi de R\$555.763 mil (dívida líquida R\$38.963 mil). Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.

#### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia EKTT09, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia EKTT09 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia EKTT09. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia EKTT09 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>2.782.223</b>	<b>172.587</b>
<b>Custos dos serviços</b>		<b>(2.213.205)</b>	<b>(136.327)</b>
Custos de construção	4	(2.211.599)	(136.089)
Custos de operação	5	(1.606)	(238)
<b>Lucro bruto</b>		<b>569.018</b>	<b>36.260</b>
Perda de crédito esperadas		(8)	-
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.845)	(747)
<b>Lucro operacional</b>		<b>567.195</b>	<b>35.513</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>6</b>	<b>(119.177)</b>	<b>(1.091)</b>
Receitas financeiras		63.793	6.211
Despesas financeiras		(160.652)	(3.481)
Outros resultados financeiros, líquidos		(27.318)	(3.821)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>447.978</b>	<b>34.422</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>7.1.1</b>	<b>(152.305)</b>	<b>(11.703)</b>
Diferido		(152.305)	(11.703)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>295.673</b>	<b>22.719</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>295.673</b>	<b>22.719</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	90	8
Tributos sobre o lucro	152.305	11.703
Resultado financeiro, líquido	119.177	1.091
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(1.030)	-
Adiantamento a fornecedores	(46.567)	(291.936)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(2.815.053)	(179.996)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	(85.937)	264.942
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	2.047	624
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	252.155	18.509
Provisões, liquidades dos depósitos judiciais	(290.182)	(9.353)
Outros ativos e passivos, líquidos	8.054	8.045
<b>Caixa consumido nas operações</b>	<b>(2.409.268)</b>	<b>(153.644)</b>
Encargos de dívidas pagas	(30.842)	-
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(28.894)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	72.149	6.514
Tributos sobre o lucro pagos	-	(3)
<b>Caixa consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(2.396.855)</b>	<b>(147.133)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.977)	(286)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(1.977)</b>	<b>(286)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	210.000	550.000
Pagamento dos custos de captação	(85.354)	-
Pagamento de principal dos empréstimos e financiamentos	(631.710)	-
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	81.710	-
Aumento de capital	559.800	110.600
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>2.024.446</b>	<b>660.600</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>(374.386)</b>	<b>513.181</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	514.368	1.187
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	139.982	514.368
<b>Transações que não envolvem caixa:</b>		
Juros e encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	(54)	-
Adições e reversões, líquidos e atualizações de provisões capitalizadas	249.563	10.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	139.982	514.368
Contas a receber de clientes e outros		1.030	-
Instrumentos financeiros derivativos	11.3	1.170	2.442
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.1.3	26.302	318
Outros tributos a recuperar		2.986	2
Concessão do ativo público (ativo contratual)	9	154.332	54.104
Adiantamento a fornecedores	9	338.503	291.936
Outros ativos circulantes		2.738	2.662
<b>Total do circulante</b>		<b>667.043</b>	<b>865.922</b>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	12.1.c	299.535	9.353
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	3.179.284	214.860
Imobilizado		1.764	-
Intangível		402	278
<b>Total do não circulante</b>		<b>3.480.985</b>	<b>224.491</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>4.148.028</b>	<b>1.090.413</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio	10	182.076	267.938
Empréstimos e financiamentos	11	-	555.763
Instrumentos financeiros derivativos		-	10
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		2.671	624
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	8.077	2.177
Outros passivos circulantes	13	1.134	6.675
<b>Total do circulante</b>		<b>193.958</b>	<b>833.187</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	11	2.143.739	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	308.362	24.887
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.1.2	168.545	16.947
Provisões	12	3.179.284	10.183
Outros passivos não circulantes	13	15.956	1.587
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.896.348</b>	<b>53.604</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	14		
Atribuído ao acionista da Companhia		1.057.722	203.622
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.057.722</b>	<b>203.622</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>4.148.028</b>	<b>1.090.413</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>295.673</b>	<b>22.719</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	2.032	(10)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(691)	-
<b>Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	<b>1.341</b>	<b>(10)</b>
<b>Itens que serão reclassificados para o resultado:</b>		
Hedge de fluxo de caixa	(4.113)	3.446
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	1.399	(1.168)
<b>Total dos itens que serão reclassificados para o resultado</b>	<b>(2.714)</b>	<b>2.278</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos</b>	<b>(1.373)</b>	<b>2.268</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>294.300</b>	<b>24.987</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros		Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>170.601</b>	<b>2.268</b>	<b>1.538</b>	<b>7.304</b>	<b>21.911</b>	<b>203.622</b>	<b>-</b>
Aumento de capital	559.800	-	-	-	-	559.800	295.673
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-</			



**e modo de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos diferidos passivos
12	Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros e contratos de convênio
12	Provisão para processos judiciais

**2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a liquidação não tem o direito no final do período de reporte de diferir a entidade do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2), Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ( <i>Sale and Leaseback</i> ) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming</i> e/ ou semelhantes, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornaram visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

**b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10, Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBI0).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (CO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40), Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48), Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS <i>Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

### 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Receita de construção	2.942.312	177.378
Remuneração do ativo contratual	123.406	12.801
Receita de operação e manutenção	(129)	-
Gainho (perda) na RAP	250	-
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>3.065.839</b>	<b>190.179</b>
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(283.616)	(17.592)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.782.223</b>	<b>172.587</b>

	2024	2023
<b>Tributos gerais</b>		
PIS e COFINS - correntes	(133)	-
PIS e COFINS - diferidos	(283.472)	(17.592)
<b>Encargos setoriais</b>	<b>(283.605)</b>	<b>(17.592)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(11)	-
<b>Total</b>	<b>(283.616)</b>	<b>(17.592)</b>

**3.2. Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Período (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,0%a.a.

### 4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2024	2023
Pessoal	(13.046)	(2.801)
Material	(1.381.756)	(43.460)
Serviços de terceiros	(528.767)	(73.030)
Outros	(288.030)	(16.798)
<b>Total</b>	<b>(2.211.599)</b>	<b>(136.089)</b>

### 5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
<b>Custos de operação</b>		
Pessoal e benefícios a empregos	(1.406)	(2.995)
Serviços de terceiros	(60)	(380)
Amortização	(2)	(90)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	(6)
Outras receitas e despesas, líquidas	(138)	160
<b>Total</b>	<b>(1.606)</b>	<b>(1.845)</b>
<b>Outras receitas (despesas) gerais e administrativas</b>		
Pessoal e benefícios a empregos	(238)	(677)
Serviços de terceiros	(3)	(300)
Amortização	(8)	(8)
<b>Total</b>	<b>(238)</b>	<b>(747)</b>

### 6. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
<b>Receita financeira</b>		
Renda de aplicações financeiras	72.149	6.514
Tributos sobre receita financeira	(3.356)	(303)
<b>68.793</b>	<b>6.211</b>	

	2024	2023
<b>Despesa financeira</b>		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(159.952)	(3.476)
IOF	(37)	-
Outras despesas financeiras	(665)	(5)
<b>(160.652)</b>	<b>(3.481)</b>	

**Outros resultados financeiros, líquidos**  
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado-Dívida Ganho (perdas) com instrumentos financeiros derivativos Perdas com variações cambiais e monetárias

	(80.825)	(2.808)
	53.582	(1.004)
	(75)	(9)
<b>(27.318)</b>	<b>(3.821)</b>	
<b>(119.177)</b>	<b>(1.091)</b>	

### Resultado financeiro, líquido

### 7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS A RECOLHER

**7.1. Tributos sobre o lucro:** Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (RPJ = 25% e CSLL = 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais a base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>447.978</b>	<b>34.422</b>
<b>Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%</b>	<b>(152.313)</b>	<b>(11.703)</b>
<b>Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:</b>		
Outras adições permanentes	8	-
<b>Tributos sobre o lucro</b>	<b>(152.305)</b>	<b>(11.703)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Diferido	(152.305)	(11.703)

### 7.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	2024	2023
<b>Prejuízo fiscal (inclui base negativa)</b>	<b>41.928</b>	<b>(11.703)</b>
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisão participação nos lucros e resultados	309	77
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(210.395)	(16.486)
Outros	(387)	(37)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(168.545)</b>	<b>(16.947)</b>
Passivo não circulante	168.545	16.947

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(16.947)</b>	<b>(4.073)</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	(152.305)	(11.703)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	707	(1.168)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(168.545)</b>	<b>(16.947)</b>

### 7.1.3. Tributos correntes ativos

	2024	2023
Imposto de Renda - IR	26.302	317
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-
<b>Ativo</b>	<b>26.302</b>	<b>318</b>
Circulante	26.302	318

**7.1.4. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenário macroeconômico, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro reassestem os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

### 7.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher:

	2024	2023
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	4.309	4
Programa de integração social - PIS <sup>(1)</sup>	55.031	4.472
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS <sup>(2)</sup>	253.497	20.647
Impostos e contribuições retidos na fonte	2.030	1.849
Outros	(56)	92
<b>Outros tributos a recolher</b>	<b>316.428</b>	<b>27.064</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3	-
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7	-
Outros	11	-
<b>Encargos setoriais</b>	<b>316.439</b>	<b>27.064</b>
	8.077	2.177
Não Circulante	308.362	24.887

(1) Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

### 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	185	42
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	72.029	39.714
Fundos de investimento	67.068	474.612
<b>Total</b>	<b>139.982</b>	<b>514.368</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são avaliadas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2024	2023
<b>Carteira</b>		
Fundos exclusivos	67.068	474.612
Operações compromissadas	-	-
<b>Total</b>	<b>67.068</b>	<b>474.612</b>

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

### 9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura de concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>3.333.616</b>	<b>269.054</b>
Circulante	154.332	54.194
Não circulante	3.179.284	214.860

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>269.054</b>	<b>78.875</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(1156)	-
Remuneração do ativo contratual	123.406	12.801
Construção de infraestrutura da concessão	2.942.312	177.378
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>3.333.616</b>	<b>269.054</b>

Durante o exercício de 2024 a Companhia efetuou adiantamentos a fornecedores no montante R\$ 338.503 (R\$291.936 em 2023), que serão utilizados na construção das linhas de transmissão.

**9.1. Políticas Contábil:** O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Período (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

### 10. FORNECEDORES, CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS E CONTRATOS DE CONVÊNIO

	2024	2023
Material e serviços	182.076	267.938
<b>Total</b>	<b>182.076</b>	<b>267.938</b>
Circulante	182.076	267.938

Operações de desconto de títulos ou Risco Sacado. Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais (passivo original), não havendo postergação substancial de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. A Companhia operacionaliza essas transações da seguinte forma: **Plataforma Antecipa Fácil:** A plataforma, 100% digital, é gerenciada por uma empresa parceira, não parte relacionada da Companhia. O fornecedor acessa a plataforma e inclui suas faturas performadas que deseja antecipar. A Antecipa Fácil, por sua vez, aciona variadas instituições financeiras para realização de um leilão reverso e posterior definição de custo para o forne-

### EKTT09 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A.

cedor e qual instituição que fará a antecipação. O pagamento do título é realizado pela Companhia para o fornecedor original em conta-bancária consignada, informada pela plataforma. **Contrato de convênio:** O fornecedor e as instituições financeiras possuem relacionamento direto, majoritariamente sob os Contratos de Convênio e Termo de Cessão de Recebíveis (em conjunto "Contrato de Convênio"), firmados entre a Companhia e instituição financeira, cujo pagamento do título cedido é realizado pela Companhia para instituição financeira. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da seguinte forma:

	2024	2023
--	------	------



**12.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais:** a) **Provisões para processos judiciais:** A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	2024	2023
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>10.183</b>	-
Adições e reversões, líquidas	217.069	9.243
Atualizações monetárias	32.449	940
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>259.701</b>	<b>10.183</b>

b) **Passivos contingentes:** Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis (I)	109.354	129
	<b>109.354</b>	<b>129</b>

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue: (I) **Processos cíveis:** refere-se a ações relacionadas a indenização fundiária. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescido de juros de 1% a.m. c) **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados.

	2024	2023
Processos cíveis	299.535	9.353
	<b>283.535</b>	<b>9.353</b>

**12.2. Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

**13. OUTROS PASSIVOS**

	2024	2023
Caução em garantia <sup>(I)</sup>	16.384	1.638
Taxas e custas processuais	54	5.989
Outros passivos	652	635
	<b>17.090</b>	<b>8.262</b>
Circulante	1.134	6.675
Não circulante	15.956	1.587

(I) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**14.1. Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$730.401 (R\$170.601 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$1.756.001 subscrito e R\$1.025.600 a integralizar, dividido em 1.756.000.001 ações ordinárias (1.756.001.000 em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

	Lote de mil ações		
	Qtde.	%	R\$
Acionista Neoenergia S.A.	1.756.001	100%	730.401
<b>Total</b>	<b>1.756.001</b>	<b>100%</b>	<b>730.401</b>

**14.2. Remuneração ao acionista:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa. A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>295.673</b>	<b>22.719</b>
Reserva legal	(14.784)	(1.136)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>280.889</b>	<b>21.583</b>
Parcela realizada da reserva de lucros a realizar	-	(5.396)
Destinação para reserva de lucros a realizar/retenção de lucros	(280.889)	(16.187)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**14.3. Outros resultados abrangentes:** A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa de R\$ (1.373) (R\$ 2.268 em 31 de dezembro de 2023). **14.4. Reservas de lucros:** a) **Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. b) **Reserva especial de dividendos não distribuídos:** Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976. c) **Reserva de retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros é constituída para atender à projeto de investimento da Companhia, conforme previsto na legislação. **14.5. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

**15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas da Companhia são empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; e (ii) prestação serviços de operação e manutenção. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são apresentados abaixo: **15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	Subsidiárias da Neoenergia	
	31/12/2024	
<b>Ativo</b>		
Contas a receber e outros <sup>(a)</sup>	100	100
<b>Passivo</b>		
Fornecedores e contas a pagar <sup>(a)</sup>	1.958	1.958

**15.2. Transações com partes relacionadas:**

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Resultado do exercício	150	-
Receita operacional líquida (a)	<b>150</b>	<b>-</b>

**15.3. Principais transações com partes relacionadas:** As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção/remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo/mento (Passivo)
a)	Norte Energia	TUST	IPCA	28 anos	2052	100
b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 anos	2028	(1.958)

**15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia. Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

**16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023			
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	72.914	-	67.068	39.756	-	474.612
Contas a receber de clientes e outros	1.048	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.170	-	-	2.442	-
Outros ativos financeiros	(255)	-	-	-	-	-
	<b>73.707</b>	<b>1.170</b>	<b>67.068</b>	<b>39.756</b>	<b>2.442</b>	<b>474.612</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	182.076	-	-	267.938	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.143.739	-	-	555.763	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	10	-
Outros passivos financeiros	17.031	-	-	8.260	-	-
	<b>2.342.846</b>	<b>-</b>	<b>831.961</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado; VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; VJR – Valor justo por meio do resultado.

**16.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.8 (análise de sensibilidade). **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR" ou "VJORA"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2024	2023
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	67.068	474.612
Instrumento financeiro derivativo	1.170	2.442
	<b>68.238</b>	<b>477.054</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	-	10
	<b>-</b>	<b>10</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem mensurar o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de valor justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	2.143.739	1.921.051	555.763	556.622

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **16.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: ▪ Custo amortizado (CA); ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; ▪ Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ati-

vo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e ▪ Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) **Passivo financeiro:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.6. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado. As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente. As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensuradas com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livre de risco provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de *rating*. O *spread* de crédito da Companhia é ajustado a *duration* e a moeda de cada instrumento de dívida. **16.7. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor de margem depositado referente a posições com instrumentos financeiros derivativos. A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio. Os principais instrumentos utilizados são *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber ou a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de hedge para desdobros em Euro:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desdobros denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF Desembolso EUR	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2024	2023		2024	2023
Termo	€ 29	€ 32	2024-2025	1.170	(10)
				<b>1.170</b>	<b>(10)</b>

**Exposição líquida**

**16.8. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024. - **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para fins da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Para os desdobros em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo do/Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desdobros em EUR	Euro(€)	Alta do Euro	6,4363	(193)	28	55
NDF		Queda do Euro	-	193	(28)	(55)
<b>Exposição Líquida</b>				<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Item protegido: parte de desdobros em USD	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	6,1923	(21.370)	3.184	6.367
NDF		Queda do Dólar	-	21.370	(3.184)	(6.367)
<b>Exposição Líquida</b>				<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Impacto Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	139.797	16.102	(2.415)	(4.830)
<b>Passivos financeiros</b>							
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,87%	(2.229.092)	(258.892)	(17.365)	(34.729)

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor-Presidente	Luciana Maximino Maia Diretora de Contabilidade
CONTADORA	
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-nº 115915/O-3	

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Administradores da EKTT 09 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EKTT 09 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EKTT 09 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". **Go**mos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Concessão do serviço público - ativo contratual:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeta ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto

significativo para a nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizadas na determinação das margens de construção e operação e manutenção das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiência nos controles internos relacionada a certos componentes do cálculo do "Ganho (perda) na RAP". Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos, inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam